

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 47 – Julho de 2025

IMPACTOS DA DISPUTA FISCAL, TENDÊNCIAS DO EMPREGO E AGENDA DOS BRICS

Apresentação

O primeiro tópico do Boletim de Conjuntura deste mês traz um debate sobre a disputa pelo orçamento público e pela justiça tributária, acirrada, no último mês, com a derrubada, pelo Congresso Nacional, do decreto governamental que aumentava as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O embate tem várias nuances e prováveis grandes consequências, algumas abordadas a seguir.

No tópico sobre tendências do mercado de trabalho, destaque para as boas notícias: mercado continua aquecido e a massa salarial e o rendimento médio continuam a apresentar aumentos acima da inflação. No entanto, essas tendências vêm acompanhadas de aspectos peculiares importantes, destacados no texto.

Quanto aos resultados preliminares das negociações coletivas de junho, o balanço é de que apresentam ganhos reais de salários em quase 80% dos casos. Mas são ganhos modestos: pouco mais de 1% acima da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Os resultados do segundo trimestre do ano estão abaixo dos trimestres anteriores, influenciados pelo pior desempenho verificado em abril e maio.



Imagem: wirestock | Freepik

Na Agenda dos Trabalhadores, a atenção se voltou para a 17ª Cúpula do Brics, realizada no Rio de Janeiro em 6 e 7 de julho. No fechamento do evento, 11 países assinaram a declaração final, chamada de *Declaração do Rio de Janeiro*. A novidade da Cúpula, como destaca o texto, foi a iniciativa do governo de fortalecer a participação, no evento, dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil.

A disputa pelo orçamento público e a necessária justiça tributária

No Boletim de Conjuntura de maio, foram tratados os impasses que o governo federal enfrenta para manter o orçamento público equilibrado, cumprindo as metas fiscais sem cortes em programas sociais. A alternativa adotada pelo Ministério da Fazenda, com o cobertor curto do Novo Regime Fiscal, foi realizar mudanças importantes na estrutura tributária brasileira e ampliar a incidência tributária sobre novos fatos geradores e as alíquotas de alguns impostos.

Nesse sentido, o governo federal anunciou, por meio do Decreto 12.466, de 22 de maio de 2025, o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativo a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), e a ampliação de seus fatos geradores. A medida foi duramente criticada, principalmente pelo mercado financeiro, o que levou o governo a recuar e a editar novo decreto, nº 12.467, de 23 de maio de 2025. Novamente, as críticas recebidas obrigaram o governo a elaborar outro decreto, o 12.499, de 11 de junho. Este, por sua vez, foi derrubado pelo Congresso Nacional, com a aprovação de um decreto legislativo (PDL) em votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A derrubada do Decreto surpreendeu o poder Executivo, pois, em reunião anterior com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os presidentes da Câmara e do Senado haviam sinalizado acordo sobre o tema. A ação dos parlamentares deu origem a um conflito aberto entre o Legislativo e o Executivo federal. Representantes da ala governista acusaram os deputados da oposição de boicotarem o governo e de irresponsabilidade fiscal, já que, no mesmo dia em que o decreto do IOF foi derrubado, o Congresso aprovou o aumento do número de deputados de 513 para 531, medida que pode elevar as despesas públicas federais em cerca de R\$ 65 milhões¹ e as estaduais, em R\$ 85 milhões, a depender do aumento da bancada de parlamentares estaduais e distritais. Essa estimativa não considera

¹ Fontes: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/06/25/senado-aprova-aumento-do-numero-de-deputados-federais>. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gdzrj8vy2o>
<https://www.camara.leg.br/noticias/1172995-camara-aprova-projeto-que-aumenta-de-513-para-531-o-numero-de-deputados-federais/>

os valores com emendas ao orçamento a que cada novo parlamentar terá direito, o que deverá ampliar ainda mais os gastos governamentais. Além disso, em momento anterior, a Câmara já havia derrubado os vetos do presidente Lula ao PL 576/2021, que regulamenta as usinas eólicas *offshore*, ou seja, aquelas localizadas no mar. Os artigos tratavam de assegurar reserva de mercado para compra de energia de usinas termelétricas e a carvão. Com isso, a conta de luz deve ficar cerca de 9%² mais cara e as emissões de CO₂ devem aumentar 25%.

Diante da derrubada do decreto do IOF pelo Congresso Nacional, partidos da base governista entraram com ações no Supremo Tribunal Federal com a alegação de inconstitucionalidade da atuação do Legislativo no caso. Na sexta-feira, 4 de julho, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, suspendeu os decretos referentes ao IOF, tanto do Executivo quanto do Legislativo, e marcou, para 15 de julho³, audiência de conciliação entre os poderes, ocasião em que não houve acordo. Em 16 de julho, o ministro Alexandre de Moraes decidiu restabelecer parcialmente a validade do decreto presidencial que elevou as alíquotas do IOF. A suspensão foi mantida exclusivamente no trecho que previa a incidência do imposto sobre as chamadas operações de “risco sacado”, por entender que essa modalidade não configura operação de crédito e, portanto, não pode ser tributada por decreto.

A discussão sobre orçamento público na sociedade ganhou mais visibilidade com esse embate entre o governo e o Congresso Nacional. O assunto passou a ser objeto de conteúdos propagados nas redes digitais, evidenciando a injustiça tributária vigente no Brasil, o conflito distributivo e as distorções na cobrança de impostos, que oneram principalmente a classe trabalhadora e desoneram os poucos super ricos. Vale lembrar que está em tramitação na Câmara dos Deputados o projeto de iniciativa do governo que isenta do Imposto de Renda pessoas com rendimentos de até R\$ 5.000,00 mensais, enquanto cobra alíquota mínima de 10% sobre rendimentos acima de R\$ 600.000,00 anuais.

O Brasil é um dos países socialmente mais desiguais do mundo. Segundo estudo da Oxfam, organização não governamental inglesa, divulgado em 2024, 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população, enquanto 50% dos mais pobres detêm apenas 2% do patrimônio do país. Segundo o estudo, apenas 0,01% da população brasileira possui

² <https://abeeolica.org.br/vetoaosjabutis-da-geracao-offshore-evita-aumento-de-9-na-counta-de-luz-do-brasileiro/>

³ <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-suspende-decretos-sobre-iof-e-marca-audiencia-de-conciliacao/>

27% dos ativos financeiros. Os especialistas destacam também a desigualdade racial: em média, a renda da população branca está mais de 70% acima da renda da população negra. Os super ricos no Brasil são, praticamente todos, homens brancos⁴.

Por isso, a pauta sobre a justiça tributária no Brasil é parte do programa do atual governo. No início do primeiro ano de mandato, uma das reformas mais importantes implementadas incidiu sobre os impostos indiretos, ou seja, aqueles que incidem sobre as empresas na fabricação de produtos ou na prestação de serviços e são repassados aos consumidores, como o Imposto sobre Mercadorias e Serviços de Transporte e Telecomunicações (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS). As mudanças, no entanto, atenderam especialmente a demandas do empresariado, que buscava maior simplificação tributária. Houve também, por outro lado, a previsão de utilização tanto de mecanismos de seletividade tributária, a exemplo da isenção sobre produtos da cesta básica nacional, como a criação do chamado *cashback*, que é a devolução para o contribuinte de parte do valor pago a título de imposto, reduzindo parte dos efeitos mais regressivos do regime tributário.

Outra grande distorção tributária no país, todavia, está nos impostos diretos, aqueles que incidem sobre a renda e patrimônio, como, por exemplo, o Imposto de Renda (IR) e o Imposto Territorial Rural (ITR), e nos privilégios concedidos aos super ricos, como isenções e benefícios tributários. Mudanças nesses impostos, para torná-los mais progressivos, são muito difíceis de serem implementadas, pois há forte pressão por parte dos super ricos para manterem a estrutura tributária desigual. O governo, portanto, acertou ao colocar em evidência o conflito distributivo no Brasil, levantando a bandeira em prol da justiça tributária. Conforme o Boletim de Conjuntura de maio, é necessário que a população seja chamada para o debate sobre o orçamento público, considerando que essa pressão da classe trabalhadora é a única capaz de surtir efeito sobre o governo e sobre os parlamentares, que decidem os recursos a serem destinados para a execução de políticas públicas.

Em relação ao IOF, especificamente, vale notar que a proposta do Executivo federal amplia as alíquotas para algumas bases de incidência, como as operações de empréstimos de empresas privadas, que passariam de 1,88% para 3,95% ao ano; operações de câmbio com

⁴<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/desigualdade-63-da-riqueza-do-brasil-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-diz-relatorio-da-oxfam/>

cartão de crédito e pré-pago internacional, cuja taxa de 3,38% passaria para 3,5%. As remessas para a conta de contribuinte brasileiro no exterior passariam a ser cobradas em 3,5% e os aportes, acima de R\$ 50 mil mensais, para planos de previdência do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), seriam taxados em 5%⁵. As operações de crédito para pessoas físicas, por outro lado, não teriam aumento de impostos, ou seja, permaneceriam com a alíquota atual de 3,38%. As alterações, portanto, teriam repercussões principalmente sobre a população de alta renda.

O debate sobre o aumento das alíquotas do IOF não deve se limitar à necessidade de arrecadação pelo governo federal, para cumprir determinação do arcabouço fiscal. Muito mais relevante é garantir mais justiça tributária no país. O mesmo ocorre com outras reformas propostas, especialmente sobre o imposto de renda e a criação de imposto sobre grandes fortunas, temas do plebiscito popular que movimento sindical e movimentos sociais estão realizando até setembro: <https://plebiscitopopular.org.br>.

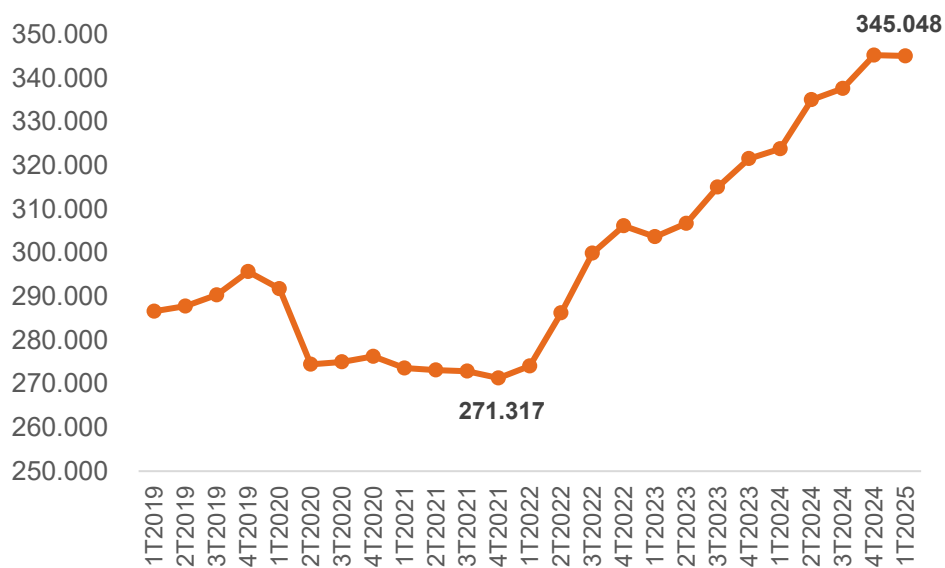
Tendências do mercado de trabalho: cresce emprego formal, massa de rendimentos e rendimento médio, mas quase 1/3 dos ocupados recebem até um salário mínimo

O mercado de trabalho segue aquecido. Em maio de 2025, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) registrou a criação de 149 mil vagas formais no setor privado. Nos cinco primeiros meses do ano, o saldo ultrapassou a marca de 1 milhão de novas vagas celetistas.

Além da criação de vagas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua, do IBGE) registra crescimento acima da inflação tanto da massa salarial quanto do rendimento médio recebido pelos trabalhadores brasileiros. A massa de rendimentos apresenta aumentos reais quase ininterruptos, desde o quarto trimestre de 2021, com percentual acumulado de 27,2% até o 1º trimestre de 2025 (Gráfico 1).

⁵ Ver DIEESE, Síntese Especial Subsídio para Debate, número 19, 08/07/2025 – Justiça Tributária no Brasil: o caso do IOF e a reação do mercado.

Gráfico 1 - Massa de rendimento mensal real do trabalho (em milhões de reais atualizados para 1T2025) - Brasil, 1º trimestre de 2019 a 1º trimestre de 2025

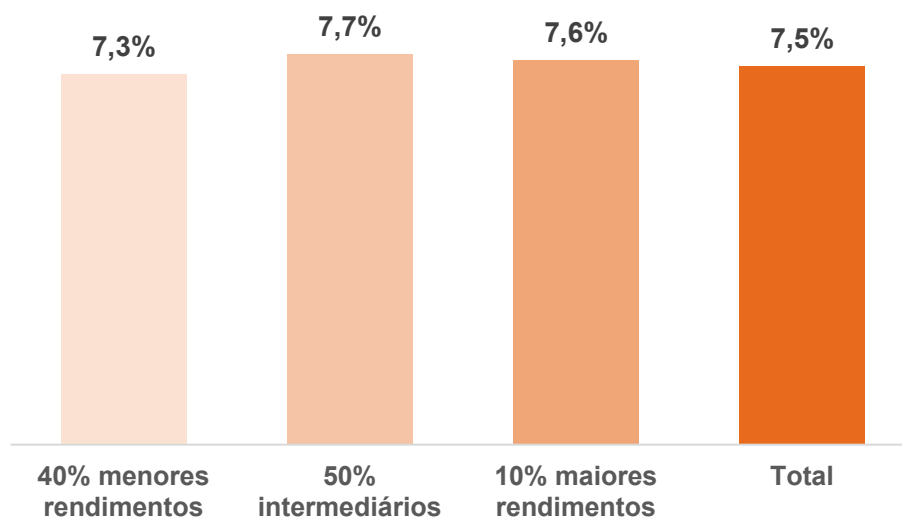


Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Os dados a seguir revelam que, nos primeiros dois anos do governo Lula 3, as diversas faixas de rendimento registraram percentuais de aumento semelhantes para o rendimento médio (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Crescimento do rendimento médio real do trabalho entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2024 - Brasil (em %)

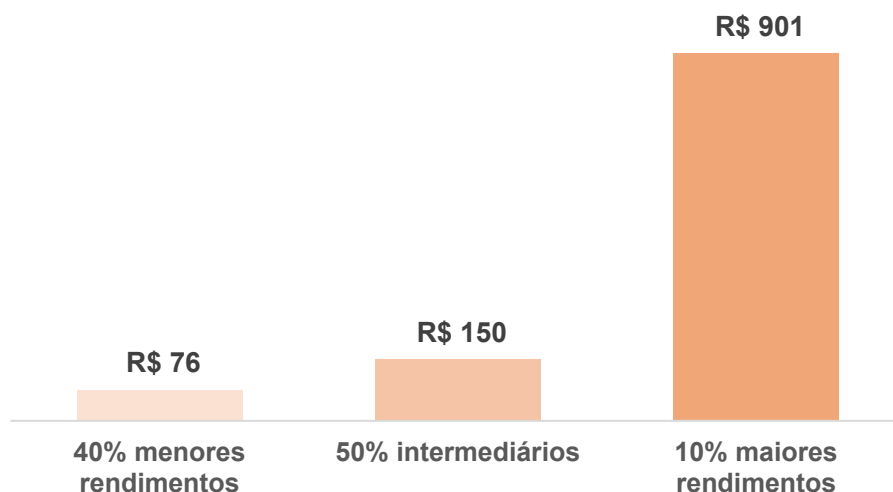


Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

No entanto, ganhos proporcionalmente parecidos guardam grandes diferenças em termos absolutos. Os ocupados com os menores rendimentos tiveram ganho real médio de R\$ 76. Já entre os 10% mais bem remunerados, o ganho médio foi de R\$ 901 mensais (Gráfico 3).

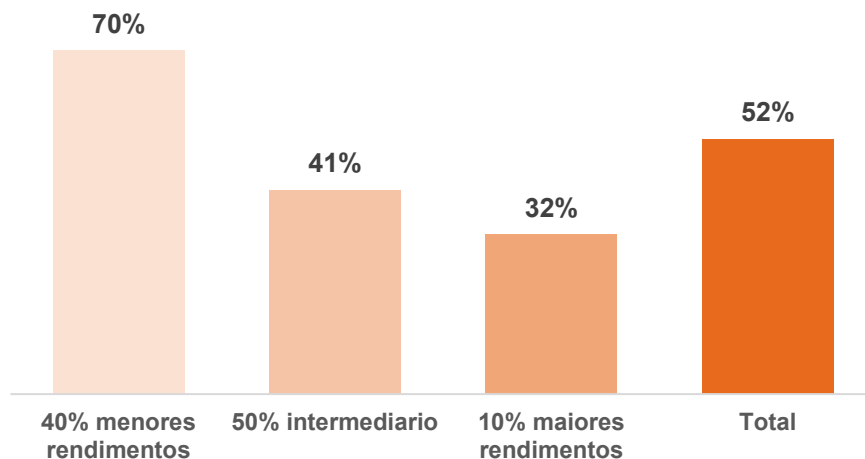
Gráfico 3 - Crescimento do rendimento médio real do trabalho entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2024 - Brasil (em R\$ do 4T2024)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

Os dados de rendimentos médios do trabalho podem dar a impressão equivocada de que todos os trabalhadores estão ganhando mais. No entanto, segundo a Pnad Contínua, apenas 52% declararam ter tido ganhos reais entre 2023 e 2024. Entre os que possuem menores rendimentos, cerca de 70% registraram ganho real. Já entre os que estão no topo salarial, menos de um terço relatou crescimento nos rendimentos no período. (Gráfico 4)

Gráfico 4 - Proporção de ocupados no 4º trimestre de 2023 que tiveram aumento no rendimento no 4º trimestre de 2024 – Brasil (em %)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

Mesmo com esses resultados positivos, a Pnad Contínua revela que 31% dos ocupados ainda ganhavam até um salário mínimo, no 4º trimestre de 2024. Esses dados mostram que, embora tenham ocorrido ganhos no rendimento médio, os trabalhadores têm motivos para estarem insatisfeitos.

Inflação e custo de vida

A alta do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em junho, de 0,23% e 0,24%, respectivamente, se deveu basicamente à mudança da tarifa de energia elétrica, que passou a ser classificada na “bandeira vermelha, nível 1”. Já os alimentos apresentaram variação negativa em ambos os índices. Também a gasolina teve o preço reduzido. No acumulado de 12 meses, o IPCA, que é o índice oficial de inflação, aumentou 5,35%, acima da ambiciosa meta de 3,0%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

A taxa de julho virá carregada pela nova mudança de patamar da bandeira vermelha para o nível 2 e, em São Paulo, com o reajuste de 13,94% da tarifa de energia elétrica, que começou a valer em 4 de julho. Quanto aos alimentos, a continuidade da seca pode afetar alguns produtos, mas o café, agora em plena colheita, deve apresentar nova queda no varejo, já observada em junho.

Cresceu, entre maio e junho, a chamada inflação de serviços, que foi de 0,40% na medição do IPCA, puxada pelo transporte de aplicativos (13,77%), aluguel de veículos (5,45%), seguro voluntário de veículos (1,13%), cinema e teatro (1,48%) e serviços de higiene para animais (1,20%). Com relação ao anúncio sobre o tarifaço, feito pelo presidente norte-americano Donald Trump, é difícil precisar o efeito das medidas, se é que vão realmente ser efetivadas, no índice de inflação. O governo estuda, com os setores envolvidos, a ampliação das exportações para outros mercados, mas alguns produtos, como carne e café, podem até apresentar queda de preços no varejo.

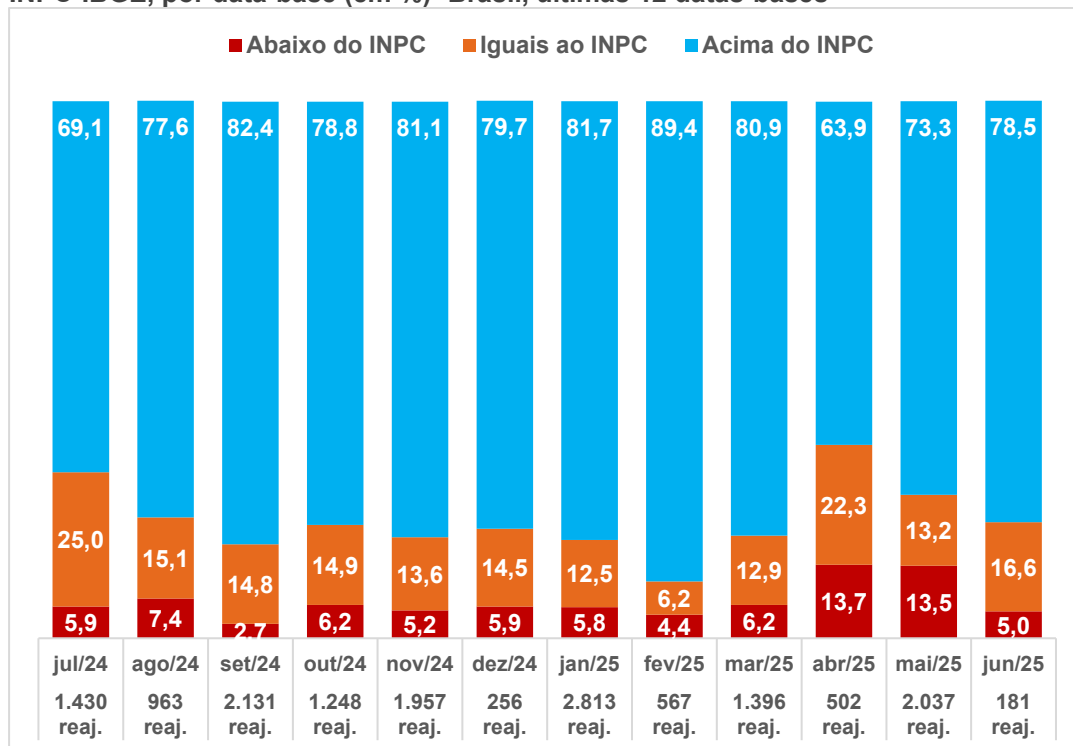
Negociações coletivas

A análise dos primeiros 181 registros de reajustes salariais de junho no Mediador sugere melhora em relação aos dois meses anteriores e uma volta aos patamares observados no

final de 2024 e começo de 2025, em que cerca de 80% das negociações conquistaram ganhos reais e apenas 5% resultavam em reajustes abaixo da inflação.

Junho registra, até o momento, aumentos reais em 78,5% dos casos analisados, reajustes iguais à inflação em 16,6%, e abaixo dela em 5% (Gráfico 4). A variação real média está em 1,05% acima da inflação. Para o cálculo, é usado o INPC.

Gráfico 5 - Distribuição dos reajustes salariais em relação à variação do INPC-IBGE, por data-base (em %)- Brasil, últimas 12 datas-bases



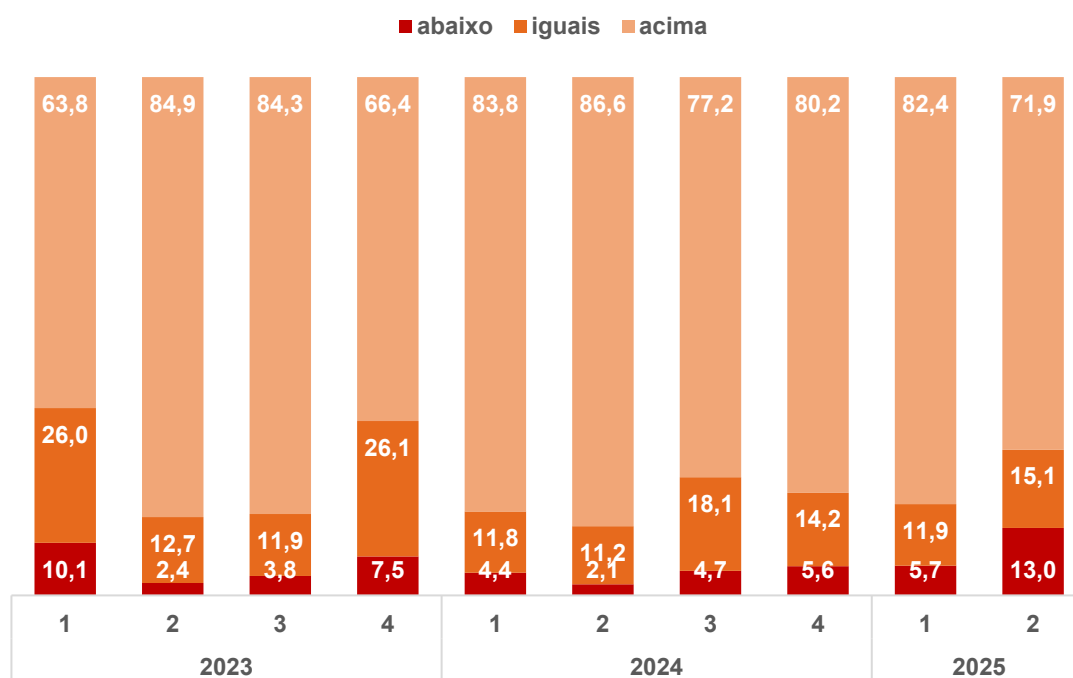
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados atualizados até 10/07/2025

Em que pese a melhora nos indicadores, o segundo trimestre do ano está terminando com resultados abaixo dos observados nos trimestres anteriores, devido aos números de abril e maio de 2025 (Gráfico 5).

Gráfico 6 - Distribuição dos reajustes salariais em relação à variação do INPC-IBGE, por trimestre (em %). Brasil, 1º trimestre de 2023 a 2º trimestre de 2025



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados atualizados até 10/07/2025

Os principais destaques (preliminares) de junho são as negociações realizadas pelas categorias profissionais do turismo e hospitalidade (ganhos reais em 97% dos casos), do comércio atacadista e varejista (em 77% das negociações) e dos transportes (em 74% das situações). As três categorias foram responsáveis por 55% dos 181 reajustes de junho analisados até o momento.

Na indústria, os resultados foram mais modestos: 67,3% das negociações resultaram em ganhos acima da inflação, 25,5% registraram reajustes iguais à variação do INPC e 7,3% ficaram abaixo desta. O destaque negativo é o da categoria dos trabalhadores na indústria da alimentação, em que apenas 36,4% das negociações apresentaram aumentos reais, enquanto 9,1% fixaram reajustes abaixo da variação do INPC. Mais da metade (54,5%), portanto, teve reajustes apenas suficientes para repor as perdas inflacionárias.

Agenda dos Trabalhadores

Na 17ª Cúpula do Brics, realizada no Rio de Janeiro entre 6 e 7 de julho, 11 países assinaram a declaração final, conhecida como *Declaração do Rio de Janeiro*⁶. Os países signatários (membros plenos do Brics no momento da declaração) foram: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Indonésia (oficializada como membro na Cúpula). Apenas os membros plenos assinaram a declaração conjunta do Brics. Países convidados ou parceiros não subscreveram o documento principal, apesar de terem participado das discussões.

Durante o período da Cúpula, o governo brasileiro buscou fortalecer a participação social no evento, promovendo espaços de diálogo com movimentos sociais, organizações da sociedade civil e representantes de diversos setores. O objetivo principal dessa ação foi garantir que as discussões e decisões da Cúpula dos Brics levassem em consideração as demandas e perspectivas da sociedade civil, buscando uma governança mais inclusiva e sustentável.

A síntese da Declaração do Rio de Janeiro, apresentada a seguir, evidencia que a imensa maioria dos temas abordados têm impacto direto ou indireto sobre os trabalhadores e as organizações sindicais:

1. Princípios e Motivação

- Defesa do multilateralismo e da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), como base da ordem global.
- Fortalecimento da cooperação Sul-Sul, buscando mais representatividade das economias emergentes nos fóruns internacionais.
- Compromisso com democracia, consensualidade, desenvolvimento sustentável e inclusão.

⁶ Documento completo disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025

2. Reforma da Governança Global

- Defesa de reformas na ONU, especialmente no Conselho de Segurança, para refletir melhor a atual realidade geopolítica.
- Apoio à reforma das instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial), para ampliar o peso dos países em desenvolvimento.
- Promoção do papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) como alternativa para financiamento de projetos estratégicos e sustentáveis para países emergentes.

3. Cooperação Econômica e Financeira

- Incentivo ao uso de moedas locais no comércio e investimentos intrabloco, reduzindo a dependência do dólar.
- Compromisso com um sistema tributário internacional mais justo, eficiente e transparente.
- Estímulo ao comércio bilateral e multilateral e à facilitação de investimentos, inovação, infraestrutura e integração produtiva no interior do bloco.

4. Desenvolvimento Sustentável e Inovação

- Governança e cooperação tecnológica: lançamento da “Declaração dos Líderes do BRICS sobre Governança Global da Inteligência Artificial”, promovendo IA responsável com respeito à soberania nacional e diversidade regulatória.
- Mudanças Climáticas e Meio Ambiente: lançamento da “Declaração-Marco sobre Finanças Climáticas” e propostas inovadoras como o “Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF)”.
- Segurança alimentar: apoio à criação da Bolsa de Grãos do BRICS, incentivo à agricultura familiar e restauração de áreas degradadas.
- Saúde Pública: parceria para eliminação de doenças socialmente determinadas, reforço à saúde pública, alianças com a Organização Mundial da Saúde (OMS), para resposta a futuras pandemias.

5. Paz, Segurança e Comunidade Internacional

- Preocupação expressa com conflitos armados e a militarização global, defesa de soluções pacíficas e do princípio da não intervenção.
- Repúdio a ataques recentes (exemplo ao Irã) e apoio à solução de dois Estados para Israel e Palestina.
- Cooperação no combate ao terrorismo, crime organizado, tráfico de drogas e crimes cibernéticos.

6. Expansão e Parcerias

- Indonésia oficializada como novo membro do BRICS, a partir de 2026.
- Reconhecimento de Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Nigéria, Malásia, Tailândia, Vietnã, Uganda e Uzbequistão como países parceiros.
- Continuidade do formato “BRICS+”, para expandir diálogo e parcerias com outras economias do Sul Global.

7. Intercâmbio Humano e Cultural

- Incentivo à cooperação acadêmica, intercâmbio cultural, esportivo, de turismo e entre jovens.
- Compromisso em fortalecer vínculos entre as populações dos países membros, ampliando o entendimento e a integração.



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Vice-presidente – Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Diretor Executivo – Ednilson Rossato

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva – Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Eliaana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Cristina Pereira Viecei

Patrícia Costa

Luís Ribeiro

Rodrigo Linhares

Mariel Angeli Lopes

César Andaku

Gustavo Monteiro

Patrícia Pelatieri (revisão técnica)